ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ao longo do processo histórico de constituição do Estado Brasileiro identifica-se a atuação da Igreja como partido ideológico das classes dominantes, seja instituindo o poder aos monarcas da metrópole e aos imperadores da colônia independente em aliança com os nobres, seja ao lado da burguesia industrial e financeira no regime republicano. Observa-se que, com a proclamação da República, estabeleceu-se formalmente na Constituição de 1891 a secularização de algumas instituições estatais como as de ensino, que vigorou apenas nos anos iniciais da república. Nos anos seguintes a Igreja conseguiu reestabelecer sua influência nas instituições escolares nos estados e municípios, por meio da conquista da inclusão do ensino religioso dentro dos dispositivos constitucionais em praticamente todas as constituições federais desde 1934 (CURY, 2004). No final da década de 1950, a Igreja manifestou sua capacidade de mobilização ao liderar um movimento em defesa dos interesses das escolas privadas, garantindo condição favorável para subvenção, com recursos públicos, para suas escolas. Com o apoio das mesmas classes dominantes, também conseguiu inserir na Constituição Federal de 1988 a garantia de recursos públicos para escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, a despeito da proposta de recursos públicos exclusivamente para as escolas públicas, defendida pelo Fórum em Defesa da Escola Pública na Constituinte. Concretizando tal conquista no art.33 da LDB (lei nº 9.394/1996) (SAVIANI, 2004).

Ante a constituição desse processo histórico, o trabalho analisou a influência das instituições religiosasnas determinações das diretrizes educacionais produzidas no parlamento brasileiro, por meio da análise crítica das legislações aprovadas no Congresso Nacional Brasileiro, que expressam a relação entre Igreja e Estado, bem como a correlação de forças em determinados períodos históricos no país, especialmente nas décadas de 1990, 2000 e 2010, quando as legislações educacionais passaram por suas últimas alterações.

O presente trabalho adotou o método do *materialismo histórico e dialético* na análise dos processos históricos, utilizando os documentos e as legislaçõesaprovadascomo fontes primárias, ancorando-se nos trabalhos de Cunha (2007, 2016, 2017), Cury (2004), Saviani (2004, 2007)para a análise crítica desses materiais.

Partindo do pressuposto que as ideias hegemônicas de uma sociedade são sempre as ideias das classes dominantes, observou-se com a análise do movimento histórico dos conflitos entre as instituições religiosase as organizações civis progressistas, que as primeiras conseguiram conservar seus privilégios e imprimir sua doutrina em grande parte dos documentos legais, com implicações reais até os dias atuais. E que as disciplinas de Ensino Religioso nas escolas, não contando com um objeto bem delimitado de estudo, aborda conteúdos frequentemente mediados por outras disciplinas sob a óptica de sua doutrina.